

GAZETA MERCANTIL

Governo acha que os estados poderão pagar a dívida externa em 89

por Jurema Baesse
de Brasília

Os estados e os municípios terão condição de arcar com o pagamento de 25% da dívida externa que vence no próximo ano, como está previsto no Orçamento Geral da União e ainda de liquidar 25% do estoque da dívida honrada pela União nos últimos quatro anos junto aos credores externos.

Esta avaliação foi feita, ontem, pelo titular da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Luiz Antonio Andrade Gonçalves, tomando como base a transferência que a União fará em 1989 para os estados e municípios, além da que está prevista pela nova Constituição. Esse repasse adicional de recursos, a preços de junho, representa CZ\$ 942 bilhões, revelou o secretário.

O adicional é resultado do encolhimento de prazos para a arrecadação dos principais tributos federais, decidido há cerca de dois meses, e também do aumento de arrecadação que a União irá obter em 1989. Qualquer elevação na receita de Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é automaticamente repassada para os estados e municípios na base de 38,61%.

Do total de CZ\$ 942 bilhões, observou o secretário do Tesouro, cerca de 42% poderá ser destinado para aplicações em obras por parte dos estados e municípios, e CZ\$ 550 bilhões serão utilizados para o pagamento dos encargos da dívida externa dos estados e municípios, tanto na esfera da administração direta quanto nas concessionárias de energia elétrica e nas demais estatais.

O montante de CZ\$ 550 bilhões a ser pago no próximo ano é equivalente a US\$ 3,094 bilhões, a preços do dólar médio de junho de CZ\$ 178,00. Deste total de US\$ 3,094 bilhões, o volume que equivale à dívida externa que vence em 1989 é de US\$ 580,7 milhões, que representa 25% do total dessa dívida. O restante, US\$ 2,5 bilhões, representa 25% do estoque da dívida externa, enquadrada no aviso MF 30, que foi honra-

da pela União, junto aos credores externos dos estados e municípios. A União, na qualidade de avalista dessas operações, arcou com 100% do vencimento dessa dívida nos últimos cinco anos, quando estava sendo permitida a rolagem plena desses débitos.

A dívida externa que vence no próximo ano, contraída pelos estados e municípios, incluindo a administração direta, as concessionárias de energia elétrica e as demais estatais dessas duas esferas de governo, segundo dados fornecidos pelo subsecretário de Riscos e Haveres do Tesouro Nacional, Simão Cirineu Dias, é de US\$ 2,3 bilhões, e desse volume a União irá rolar 75%, que representa US\$ 1,7 bilhão. Os 25% restantes equivalem a US\$ 580 milhões, que em cruzados significam cerca de 100 bilhões, como consta no orçamento de 1989.

A dívida "velha", ou seja, a que está em estoque e que foi honrada pela União, significa no total US\$ 9,1 bilhões, sendo US\$ 3,2 bilhões da administração direta dos estados e municípios, US\$ 3,1 bilhões das concessionárias de energia elétrica dos estados e municípios e por fim US\$ 2,7 bilhões das outras estatais também pertencentes a essas duas esferas. Desse montante, os estados e municípios terão de pagar 25%.

RIO DE JANEIRO

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nobrega, deixou claro ao governador do Rio de Janeiro, Wellington Moreira Franco, que a União não poderá autorizar a emissão das OTN municipais, as chamadas "carioquinhas", para ajudar a solucionar a grave crise financeira do município do Rio de Janeiro, segundo informou a este Jornal um assessor que participou do encontro entre o governador e o ministro da Fazenda.

Moreira Franco informou aos repórteres que apenas veio tratar com o ministro da assinatura do empréstimo de US\$ 400 milhões com o Banco Mundial para reconstrução das regiões atingidas pelas enchentes.